



## FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

## NOTA TÉCNICA Nº 203/2019/SERCO/COCAT/CGLOG/DEADM/PRESI

**PROCESSO Nº 25100.008603/2017-17****INTERESSADO: MICHELLE RODRIGUES CORREIA, COORDENAÇÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL****1. ASSUNTO**

1.1. Prorrogação da vigência do **Contrato nº 88/2018**, firmado entre a FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE e a Empresa **INCOMPANY ENSINO E TREINAMENTO DE IDIOMAS LTDA -ME**, contratada para ministrar Curso a Distância de Idiomas, especificamente Inglês, para o aprendizado de 11 (onze) servidores lotados na Presidência/DF.

**2. DOCUMENTOS REFERENCIAIS**

Edital (0212952)

Contrato nº 88/2018 (0731894);

Termo de Adjudicação do Pregão 04/2018 (0286679)

Despacho 745/2019/SERCO, em que solicitou manifestação do fiscal quanto a renovação da vigência da prorrogação contratual (1485283)

Despacho nº 418/2019/CODEP, em que houve manifestação de interesse na prorrogação da vigência do Contrato 88/2018 (1481272)

Despacho 135/2019/COTEC, em que manifestou favorável a prorrogação (1526809);

Despacho 1681/COPEO (1560067), reserva orçamentária 2019PE800078 (1560032);

Mapa de Riscos (1610604);

Minuta de Termo Aditivo (1570886);

Check List (1583080);

Certidões de regularidade fiscal e trabalhista (1586370) e;

Nota Técnica 203 (1614434)

**3. HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O Contrato nº 88/2018, foi assinado entre as partes em 19.10.2018. A referida contratação é originária do Pregão/SRP 04/2018, cujo valor homologado foi de **R\$ 18.348,00** (dezoito mil trezentos e quarenta e oito reais).

**4. DA ANÁLISE PROCESSUAL**

4.1. Esta análise processual tem por objetivo principal verificar os pressupostos (requisitos) indispensáveis para a renovação da vigência do Contrato 88/2018 por mais 06 meses, nos termos enunciado no **Parecer Referencial nº 00001/2018/COLCA/PFFUNASA/PGF/AGU**, que será tratado a seguir:

**5. DO FUNDAMENTO LEGAL**

5.1. A vigência contratual, ora pretendida, encontra amparo legal, nos termos inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).*

5.2. Tal prorrogação também está prevista na Cláusula Décima Quarta do Edital– Da Vigência do Contrato, que traz em sua literalidade:

*"14.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato."*

## 6. DO PARECER JURÍDICO REFERENCIAL

6.1. Com a implementação do Parecer Jurídico Referencial, este SERCO abordará os requisitos legais condicionantes para a prorrogação do Contrato 88/2018, dentre eles, transcreveremos o item 2 do referido Parecer:

*"2. Inicialmente, cumpre esclarecer que a análise individualizada por esta Procuradoria estará dispensada com a aprovação deste parecer referencial, desde que a Administração ateste que a manifestação referencial se amolda ao caso concreto. No entanto, os questionamentos suscitados em relação à sua aplicação ou a seu conteúdo deverão ser dirimidos por esta Procuradoria. "*

*"11. Reitera-se, ademais, que o órgão assessorado deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se adequa às hipóteses deste referencial, estando, assim, dispensada a análise individualizada pela PFE/FUNASA, nos termos do §2º. art. 3º. da Portaria PGF/AGU nº 262, de 05 de maio de 2017. "*

## 7. DO SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA

7.1. Conforme Área Técnica o mesmo é de natureza continuada (Perene / Essencial), que permita a sua renovação contratual na forma sugerida pela CODEP (SEI nº 1481272).

*Parecer Referencial nº 00001/2018/COLCA/PFFUNASA/PGF/AGU*

*"29. Nesse contexto, considerando a previsão legal anteriormente citada, a IN nº. 05/2017/SEGES/MPDG e as orientações da Advocacia-Geral da União e do Tribunal de Contas da União podem ser enumerados os seguintes requisitos para a prorrogação contratual: "*

- Previsão expressa da possibilidade de prorrogação no Edital e no Contrato;*
- Não haver solução de continuidade nas prorrogações;*
- Que o prazo de vigência total do ajuste não ultrapasse o limite de sessenta meses;*
- Que o serviço prestado seja de natureza contínua;*
- Que objeto e escopo do contrato sejam inalterados pela prorrogação;*
- Que vise à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;*
- Anuência da Contratada;*
- Manifestação do fiscal do contrato, atestando a regularidade dos serviços até então prestados;*
- Se houver oferecimento de garantia, a necessidade de sua renovação;*
- Manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;*
- Justificativa formal e autorização prévia da autoridade superior e;*
- Disponibilidade orçamentária.*

## 8. DA PREVISÃO EXPRESSA DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO NO EDITAL E NO CONTRATO

8.1. Consoante a este item, há previsão e amparo legal para prorrogação da vigência contratual na própria Minuta de **Edital** prevista na Cláusula Décima Quarta, que traz em sua literalidade:

*"14.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato."*

## **9. DA NÃO SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE DO CONTRATO E DO PRAZO LIMITE DE PRORROGAÇÕES**

9.1. O contrato foi avençado em 19 (dezenove) de outubro de 2018, (SEI nº 0731894), com vigência 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, não havendo, portanto, solução de continuidade, uma vez que o supracitado Contrato está vigente **até 19 de outubro de 2019.**

## **10. DO SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA**

10.1. A natureza continuada de um serviço não tem necessária relação com a sua essencialidade.

10.2. O serviço é contínuo na medida em que se presta para satisfazer uma necessidade permanente, cujo atendimento se protraí no tempo, além de haver previsão legal no contrato em sua Cláusula Segunda – Da vigência, amparado pela lei nº 8.66/93, Art. 57 para a devida prorrogação do objeto.

10.3. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. ” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008). Dessa forma, é imperativo considerar tanto as características e particularidades da demanda da Funasa.

## **11. DA OBTENÇÃO DE PREÇOS E CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO**

11.1. Segundo os **Artigos 51; 52 e 54 do Parecer Referencial nº 00001/2018/COLCA/PFFUNASA/PGF/AGU**, o **serviço de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra dispensa a pesquisa de preços no termos transcrito abaixo:**

*"51. Entretanto, a Câmara Permanente de Licitação e Contratos Administrativos do Departamento de Consultoria da Procuradoria Geral Federal, através do PARECER nº. 00004/2018/CPLC/PGF/AGU, entende que "embora o mencionado normativo seja silente acerca da dispensabilidade da pesquisa de preços por ocasião da prorrogação, nos contratos continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, não se verificam fundamentos suficientes para impedir a dispensa da pesquisa **quando houver previsão no contrato de índice de reajustamento de preços.**" (grifou-se).*

*" 52. Dessa forma, de acordo com o PARECER nº. 00004/2018/CPLC/PGF/AGU, podemos concluir que a dispensa do procedimento de pesquisa de preços, nas prorrogações dos contratos continuados, aplica-se à prestação de serviços com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, quando presentes determinações específicas nesses ajustes. "*

*"54. Por outro lado, aos contratos de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, a vantajosidade da prorrogação estará assegurada quando houver previsão contratual de índice de reajustamento de preços."*

11.2. Neste caso, a pesquisa de preços será necessária, um vez que o Contrato nº 88/2018 não possui cláusula nem índice de reajuste de preços para a correção do supracitado Contrato.

11.3. Destarte, ao fazer pesquisa no mercado, obtivemos negativa (SEI nº 1620051 e 1620060) onde informaram que não fazem cursos na modalidade a distância somente presenciais.

11.4. Todavia, solicitamos da Empresa **Incompany Ensino e Treinamento de Idiomas Ltda - ME** documentos comprobatórios (Contratos firmados), a fim de certificar se os valores praticados junto aos Entes da Administração Pública é o mesmo contratado com a Funasa.

11.5. Em resposta, a Empresa **Incompany Ensino e Treinamento de Idiomas Ltda -ME** encaminhou Contrato firmado com o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE** (SEI nº 1608775), cujo objeto foi a prestação de curso para 10 alunos à distância no valor unitário de **R\$ 4,070,44**, perfazendo um total de **R\$ 40.704,40**, o que mostra que o valor ofertado à FUNASA é mais conservador (vantajoso) para Fundação.

#### 11.6. **DA ANUÊNCIA DA CONTRATADA**

11.7. No tocante a este tópico, a Contratada por meio do e-mail (SEI nº 1601434) manifestou favorável a renovação da vigência do supracitado contrato.

#### 11.8. **DA MANIFESTAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO**

11.9. Em atendimento a esse tópico, constam despachos da área técnica em que solicitaram a prorrogação do Contrato 88/2018 por mais 06 meses, conforme documentos SEI nº (1481272; 1526809; 1541739). A área técnica, por meio do mapa de riscos (SEI nº 1610604) registrou que a capacitação na modalidade *online* foi programada para ser realizada em 12(doze) meses, porém, foi iniciada muito após a assinatura do contrato, com a necessidade de nivelamento dos participantes, dentre outras providências, acarretando atraso no início das atividades contratadas.

#### 12. **DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

12.1. Esta contratação se restringirá apenas em prorrogar a vigência do Contrato nº 88/2018 não se atendo a alterar o preço contratado.

#### 13. **DA MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO**

13.1. A contratada mantém as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, como se faz prova as certidões anexadas no ( SEI nº 1586370).

#### 14. **DA JUSTIFICATIVA FORMAL E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA AUTORIDADE SUPERIOR**

14.1. No tocante a este item, a seguir, recomendaremos o envio dos autos à autoridade competente para a autorização prévia da renovação da vigência do supracitado Contrato.

#### 15. **DA MINUTA-PADRÃO APROVADA**

15.1. A Minuta de Contrato previamente aprovada pelo Parecer Referencial será utilizada neste Contrato, sem qualquer modificação que enseje nova análise jurídica (SEI nº 1570886), inclusive, fica mantido o valor inicialmente contratado, restringindo este Termo Aditivo tão somente à renovação da vigência contratual por mais 06 (seis) meses.

#### 16. **CONCLUSÃO**

16.1. Portanto, encaminho os autos para, em caso de anuência, dar sequência ao tramite processual atinente à renovação da vigência do Contrato 88/2018, **estando o mesmo apto para prosseguimento, após certificar que todos os requisitos indispensáveis para a renovação do supracitado Contrato foram atendidos a contento.**

Ressalta-se que os autos carecem ainda de **autorização da autoridade competente para:**

- Renovação da vigência contratual.

Em tempo, informamos que a vigência do **Contrato 88/2018** expirar-se-á em **19/10/2019.**

Atenciosamente,

**Márcio Biage da Silveira**  
Chefe do Serviço de Compras e Contratos

Documento assinado eletronicamente por **Marcio Biage da Silveira, Chefe do Serviço de Compras e Contratos**, em 08/10/2019, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **1614434** e o código CRC **0111B047**.

---

Referência: Processo nº 25100.008603/2017-17

SEI nº 1614434